

PÁG.

- 1- [ATA](#)
  - 1.1- [Comissões](#)
  - 2- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR](#)
  - 3- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
- 

ATA

-----

**ATA DA 61ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Às dezesseis horas e quinze minutos do dia vinte de dezembro de mil novecentos e noventa e três, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, Agostinho Patrus (substituindo este ao Deputado Clêuber Carneiro, por indicação da Liderança do PFL), Geraldo Rezende, Ajalmar Silva (substituindo este ao Deputado Antônio Pinheiro, por indicação da Liderança do BRD), Ermano Batista e Célio de Oliveira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Agostinho Patrus (substituindo o Deputado Bonifácio Mourão, por indicação da Liderança do BRD), Dílzon Melo, Ermano Batista, Álvaro Antônio, Geraldo Rezende e Jaime Martins, membros da Comissão de Administração Pública; e Célio de Oliveira, Raul Messias, Ajalmar Silva (substituindo este ao Deputado José Renato, por indicação da Liderança do BRD), Jaime Martins, Dílzon Melo e Péricles Ferreira, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio de Oliveira, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Ajalmar Silva que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.842, 1.844 e 1.845/93, do Governador do Estado, os quais dispõem, respectivamente, sobre a reorganização do DER-MG e dá outras providências, sobre a autorização a que o DER-MG institua a cobrança de pedágio em rodovia sob a sua jurisdição e dá outras providências e sobre a criação do Fundo Penitenciário Estadual e dá outras providências. Em seguida, a Presidência suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, o Presidente, Deputado Célio de Oliveira, registra a presença dos Deputados Jorge Eduardo (substituindo o Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do PMDB), Geraldo Rezende, Ermano Batista e Célio de Oliveira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Geraldo Rezende (substituindo o Deputado José Renato, por indicação da Liderança do PMDB), Dílzon Melo, Ermano Batista, Álvaro Antônio e Agostinho Patrus (substituindo este ao Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do PFL), membros da Comissão de Administração Pública; e Célio de Oliveira, Agostinho Patrus (substituindo este ao Deputado Baldonado Napoleão, por indicação da Liderança do BRD), Wilson Pires (substituindo o Deputado João Marques, por indicação da Liderança do PRN), Ajalmar Silva e Jorge Eduardo (substituindo estes aos Deputados José Renato e Jaime Martins, respectivamente, por indicação da Liderança do BRD) e Dílzon Melo, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Encontram-se presentes, também, os Deputados Ibrahím Jacob e Francisco Ramalho. O Presidente, tendo em vista a ausência dos relatores anteriormente designados, redistribui o Projeto de Lei nº 1.842/93 aos Deputados Geraldo Rezende, Dílzon Melo e Jorge Eduardo, membros das Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, respectivamente. Com a palavra, o Deputado Geraldo Rezende emite seu parecer, mediante o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade da matéria. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Com a palavra, o Deputado Dílzon Melo emite seu parecer, por meio do qual conclui pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 9. Discutido e votado, é aprovado o parecer. Com a palavra, o Deputado Jorge Eduardo emite seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 a 9, da

Comissão de Administração Pública. O Presidente, devido à ausência dos relatores anteriormente designados, redistribui o Projeto de Lei nº 1.844/93 aos Deputados Agostinho Patrus e Ajalmar Silva, membros das Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, respectivamente. Com a palavra, o Deputado Geraldo Rezende, relator da Comissão de Constituição e Justiça, emite seu parecer, mediante o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do projeto. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. O Deputado Agostinho Patrus emite seu parecer, por meio do qual conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 e 2. Discutido e votado, é aprovado o parecer. Com a palavra, o Deputado Ajalmar Silva emite seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. O Presidente, devido à ausência dos relatores anteriormente designados, redistribui o Projeto de Lei nº 1.845/93 aos Deputados Geraldo Rezende e Ajalmar Silva, membros das Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, respectivamente. Com a palavra, o Deputado Geraldo Rezende, emite seu parecer, mediante o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1. Discutido e votado, é aprovado o parecer. Com a palavra, o Deputado Ermano Batista, relator da Comissão de Administração Pública, emite seu parecer, por meio do qual conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 1, que apresenta. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado Ajalmar Silva emite seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública. Discutido e votado, é o parecer aprovado. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência convoca os Deputados para a reunião conjunta destas Comissões a se realizar no dia 21 do corrente, às 10h30min, destinada a apreciar o Projeto de Lei Complementar nº 30/93, do Governador do Estado, que acrescenta parágrafo ao art. 136 da Lei nº 5.301, de 16/10/69, que contém o Estatuto do Pessoal da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de dezembro de 1993.

Célio de Oliveira, Presidente - Francisco Ramalho - Jorge Eduardo - José Renato - Geraldo Rezende - Márcio Miranda - Roberto Amaral - Agostinho Patrus.

---

#### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

---

### 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 12ª LEGISLATURA

Discurso Proferido em 22/12/93 pelo

Deputado Gilmar Machado

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois assuntos me trazem a esta tribuna. Em primeiro lugar, gostaria de ressaltar que, no último sábado, em Uberlândia, realizamos mais um "TV na Rua", contra a fome e em defesa da reforma agrária. Conseguimos reunir em um só dia quase uma tonelada de alimentos, que hoje estão sendo entregues no assentamento dos trabalhadores rurais no Município de Santa Vitória e que serão entregues também no acampamento de trabalhadores rurais em Campo Florido.

Queria ressaltar a importância do crescimento da luta pela reforma agrária no Triângulo Mineiro e a vitória que os companheiros ali tiveram. Na segunda-feira, desceram para Uberaba, à qual a Comarca de Campo Florido pertence, para que pudessem receber a posse da terra, mais de 140 famílias que, no início deste ano, ocuparam aquela terra. É, portanto, mais uma vitória dos trabalhadores neste ano, no Triângulo Mineiro, onde tivemos a intensificação da luta pela posse da terra. Queria registrar meus cumprimentos aos companheiros de Campo Florido, que agora receberão a posse definitiva da terra.

Em Santa Vitória, os companheiros realizaram, na semana atrasada, mais uma ocupação. Essa contribuição, juntamente com outros movimentos feitos em Uberlândia e em outras cidades da região, reforçará a luta pela reforma agrária. Tenho certeza de que os companheiros de Santa Vitória também sairão vitoriosos.

Em segundo lugar, queremos lamentar a forma apressada, sem que tenhamos tido

condições de conhecer os projetos, como esta Casa vem concedendo autorizações ao Governo. Lamentamos também essa última reforma administrativa que o Governo vem tentando fazer por meio do popularmente conhecido projeto "Frankenstein". É inadmissível receber, na última hora, um projeto com uma quantidade enorme de artigos, que versam sobre vários temas, criando mais 400 cargos no Estado e 6 cargos de piloto de avião a jato. Além disso, o art. 81 representa ingerência do Governo na FAPEMIG, que tem autonomia para gerir seus recursos. O art. 81 é uma demonstração clara de desrespeito àquele órgão. É mais um ato contra a nossa FAPEMIG. Outros artigos também vêm prejudicar vários órgãos da nossa administração.

Assim, mais uma vez, queremos repudiar a convocação que foi feita e a forma como está sendo conduzida. Não temos tido condições de fazer uma análise da matéria. Em virtude disso é que estamos votando contrariamente. Temos também emendas que os relatores estão aceitando sem conhecer exatamente o seu teor. Isso é lamentável e só vem denegrir a imagem do Poder Legislativo de Minas Gerais. Isso está demonstrado na pesquisa que a Assembléia acabou de realizar. Ao invés de darmos uma contribuição para superar essa imagem, estamos construindo uma imagem ainda mais negativa desta Casa pela forma displicente e - não sei se teria condições de afirmar, mas mesmo assim gostaria de fazer essa declaração - irresponsável como tudo vem sendo conduzido.

Gostaria de deixar registrado o meu protesto contra a forma como as emendas estão sendo votadas. Particularmente, acho que o Regimento Interno está sendo respeitado, mas os projetos são votados sem que se saiba quais são as emendas. Depois é que o Governo as manda para cá. É lamentável que assistamos a tudo isso no encerramento da sessão legislativa. Espero que 1994 traga novas idéias e que, nesse ano eleitoral, em que tenho certeza de que haverá grandes modificações, o Poder Legislativo sofra transformações, para que possamos tratar, com mais seriedade, as questões do povo de Minas Gerais.

### **3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 12ª LEGISLATURA**

**Discurso Proferido em 22/12/93 pelo**

**Deputado Raul Messias**

**O Deputado Raul Messias\*** - Sr. Presidente, Sra. Deputada, demais companheiros Deputados, em primeiro lugar, nossa concordância total com a crítica feita desta tribuna pelo Deputado Gilmar Machado a esta perspectiva anã que tem sido adotada por Deputados aqui na Assembléia, pela assessoria, pelos Secretários de Governo, querendo fazer com que a sociedade mineira engula goela abaixo coisas como as que estão ocorrendo aqui nestes processos. Em segundo lugar, estou com dúvidas quanto a certo Deputado desta Casa, que levanta publicamente, em reuniões importantes ocorridas em Belo Horizonte, críticas a esse Governo que está aí e que não tem coragem de se levantar da cadeira e votar contra o Governo, mostrando uma perspectiva anã de parlamentar.

Bom, mas o que eu venho, graças a Deus, trazer a esta tribuna, são parabéns. Gostaria de parabenizar a Rede Manchete de Televisão. Todos sabem que defendo, luto pela aprovação de projeto que visa cobrar ICMS das redes de televisão, mas venho aqui, de público, parabenizar a Rede Manchete por dois motivos: o primeiro é referente a sua nova forma de fazer jornalismo. Está fazendo um jornalismo autêntico, feito ao vivo - aqui me refiro à entrevista feita recentemente, anteontem, se não me engano, com o Senador Bisol. Nessa entrevista brilhante, o Senador Bisol, do nosso partido, exorta-nos a continuar nas lutas, na batalha e no aprimoramento do sistema democrático brasileiro. Apesar de, particularmente, estar vivendo um momento de ceticismo e descrença, quero parabenizar o Senador Bisol e a Rede Manchete por essa entrevista ter sido colocada no ar. Foi uma coisa espetacular. Vimos um jornalismo de verdade, não aquele jornalismo de gabinete, não aquele jornalismo vendido, não aquele jornalismo viciado pelas redações, mas um jornalismo autêntico, que teve a coragem de levar ao vivo, questionando-nos publicamente. As respostas do Senador Bisol, quanto aos trabalhos da CPI de Brasília, foram lapidares e, certamente, já estão inscritas nos anais da história brasileira.

Quero parabenizar, também, pela segunda entrevista. Uma reportagem brilhante a que assisti pela Rede Manchete, ontem à noite, com um dos nossos compositores, um grande compositor, sem o menor demérito aos outros, usando a máxima de Homero, "primo inter paris", que significa "primeiro entre os iguais". Temos vários grandes compositores no Brasil, mas Caetano Veloso tem-se revelado como compositor, como filósofo, como político, tem mostrado uma perspicácia, uma argúcia e uma capacidade enorme em abordar todos os problemas brasileiros. Ontem, quando se referiu às obras e às atitudes do Sr. Antônio Carlos Magalhães, Caetano Veloso conseguiu superar uma das coisas mais difíceis que existem na política, que é superar a perspectiva maniqueísta do bem e do mal. Os elogios, as considerações feitas por Caetano Veloso em apoio a Antônio Carlos Magalhães, naquilo que ele está realizando de positivo em relação à restauração do Centro Histórico da Cidade de Salvador, em relação à proteção da Lagoa do Abaeté (quem a conhece já está encantado com ela, por aquela perspectiva que

Caetano Veloso conseguiu transmitir ontem, na entrevista), esclarecendo que não se trata de declarar apoio à candidatura de Antônio Carlos Magalhães ou de bobagens que o valham, mas, também não se trata de simplesmente fazer-lhe oposição por ser um político retrógrado, reacionário, comprometido com o passado, comprometido com as forças reacionárias, com os latifúndios da corrupção. Por causa disso não vamos negar e jogar pedras naquilo que está fazendo de bom.

Infelizmente, aqui em Minas Gerais, não temos essa alternativa. O Governador Hélio Garcia tem-se revelado um político da pior espécie, que massacra o Legislativo, que não respeita os Poderes, que engana. Afirmo mesmo que ele é pior que Newton Cardoso. Newton Cardoso pelo menos, "data maxima venia", não era muito inteligente, e esse que aí está é de uma grande esperteza, porque procura enganar a opinião pública, comprar a opinião pública de uma forma com que o Sr. Newton Cardoso não conseguiu. Mas está fazendo exatamente a mesma coisa. Tem exatamente o mesmo projeto de sociedade: destruição do Estado, dos órgãos públicos, achatamento total do Poder Legislativo, submissão dos Deputados. É isso o que ele está fazendo.

Ficam aqui os nossos parabéns a Caetano Veloso por ter exposto ontem, na sua entrevista à Rede Manchete, a sua posição com uma clareza inequívoca.

Em segundo lugar, gostaria também de parabenizar o PROCON municipal de Belo Horizonte. O PROCON, órgão vinculado à Secretaria de Governo da Prefeitura Municipal, está atuando de uma forma eficiente, eficaz e exemplar para todo o Brasil. Hoje, circunstancialmente, pude participar de uma audiência como consumidor, lesado que fui na compra de um bem, e vi a atuação brilhante da Dra. Maria Lúcia Scarpelli naquele órgão.

Infelizmente, o PROCON estadual não está funcionando a contento. Fica aqui mais uma crítica ao Governo Estadual, que não está dando oportunidade, não está dando estrutura, não está dando a eficiência desejável e necessária ao PROCON estadual.

O PROCON municipal está sendo solicitado em várias regiões e cidades do Brasil para que envie o seu projeto, o seu modelo, como é o seu funcionamento, para que os diferentes municípios do País conheçam essa instituição tão importante, que é a defesa do consumidor.

Por parte do Governo Estadual, o que estamos vendo? Uma absoluta negligência, omissão diante desse problema tão importante para a sociedade mineira, para a sociedade brasileira.

Ficam aqui, Sr. Presidente, registradas as nossas palavras. Gostaríamos que outros órgãos de imprensa obedecessem a essa mesma linha da Rede Manchete: colocar as coisas em pratos limpos.

Já me referi à entrevista publicada recentemente pela revista "Isto É", com o repórter e jornalista, dos mais ilustres do Brasil, Carlos Heitor Conny, que critica essa posição de subserviência dos senhores repórteres, dos senhores redatores à necessidade de gerar escândalos, não importa a quem esses escândalos atinjam, com o único propósito de vender jornal. Não é essa atitude digna, não é essa a imprensa livre que defendemos. Defendemos uma imprensa livre, soberana, que trabalhe não de acordo com os chefes de governo, não de acordo com os chefes de redação, mas de acordo com o interesse maior da sociedade.

E o interesse maior da sociedade é ser bem informada e bem conduzida a uma posição de esclarecimento, não de obscurantismo, não de propaganda vil, como acontece, hoje, com a maior parte da imprensa brasileira.

Não tenho, como já disse desta tribuna, nada de pessoal nem de legal contra os jornalistas, contra aqueles funcionários das redes de televisão, da imprensa e do rádio, mas gostaria que o jornalismo fosse exercido na perspectiva manifestada por Carlos Heitor Conny na sua brilhante entrevista. Muito obrigado.

(\* - Sem revisão do orador.)

### **3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 12ª LEGISLATURA**

**Discurso Proferido em 22/12/93 pelo**

**Deputado Adelmo Carneiro Leão**

**O Deputado Adelmo Carneiro Leão** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em primeiro lugar, quero aproveitar este momento para desejar aos meus colegas Deputados e Deputadas, aos trabalhadores desta Casa e aos trabalhadores do sistema de comunicação um Natal fraterno, alegre, que possa trazer a cada um mais esperança e força para a construção de uma sociedade justa e verdadeiramente cristã.

Quero também fazer algumas considerações. Há pouco, quando votamos a autorização para o Tribunal de Justiça julgar a Deputada Elisa Alves, em reunião e votação secretas nesta Casa, passaram pelos corredores a idéia e o discurso de que o Partido dos Trabalhadores teria votado contrariamente à autorização para o julgamento, porque era de interesse dos parlamentares do PT denegrir mais ainda a imagem desta Assembléia Legislativa.

Quero dizer aos Srs. Deputados e àqueles que divulgaram notícias desta natureza que o trabalho que nós, parlamentares, fazemos na Assembléia Legislativa é testemunho do que precisamos e do que entendemos, desejamos e nos esforçamos para que ela seja

digna diante do povo mineiro. A imagem desta Assembléia não precisa de gestos dessa dimensão, com essa intensidade de mesquinha, para ficar ruim perante o povo. A sua imagem está ruim, como mostra a pesquisa de opinião realizada recentemente pela Vox Populi. Entendemos que é preciso que façamos um esforço coletivo e grandioso para colocar a Assembléia Legislativa em um nível de conceito mais elevado perante a opinião pública.

Mas o que altera o conceito da Assembléia perante a opinião pública é exatamente o trabalho que cada parlamentar pode e deve desempenhar aqui, o trabalho que pode e deve desempenhar na elaboração de leis melhores, numa fiscalização mais forte e mais decidida em relação ao Governo que aí está. É assim que nós vamos construir a imagem deste Poder Legislativo.

E a imagem do Poder Legislativo, por ato do Governador do Estado, piora em razão desta convocação extraordinária. Piora porque esta convocação não é necessária, é absolutamente dispensável. Piora, ainda, em função dos custos que recaem sobre o Estado, num momento em que milhões de brasileiros e de mineiros passam fome.

Vejo a sensibilidade de muitos colegas nossos perante o deficiente físico, o faminto, o necessitado. Mas é uma sensibilidade que muitas vezes é utilizada apenas numa troca pessoal e - posso afirmar - até eleitoreira.

Quando discutimos a questão das subvenções e da exigência de atender aos mais necessitados, nós, insistentemente, temos manifestado que isso não deveria e não deve ser objeto da atuação direta do parlamentar. Não se pode estabelecer com aquele que necessita da perna mecânica, da cadeira de rodas e da assistência médica um vínculo de gratidão. O que temos que fazer diante do povo mineiro é uma demonstração de responsabilidade pela construção de um Estado melhor.

É vergonhoso para a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais assistirmos à votação de propostas encaminhadas pelo Executivo, pelo Governador Hélio Garcia, pelas Secretarias de Governo, com emendas que sequer são conhecidas, mas que são aprovadas. Isso, Srs. Deputados, denigre e mancha a imagem da Assembléia Legislativa perante o povo mineiro.

O Governador de Minas encaminha um pacote a esta Assembléia para ser votado num tempo curto. Não é possível construirmos um Estado verdadeiramente democrático e aprofundarmos o conhecimento sobre cada tema aqui apresentado se não conseguirmos um tempo mínimo para a discussão, para o debate e para o conhecimento do que para aqui foi encaminhado. Entretanto, mesmo na prensa, podemos fazer algumas análises que, imediatamente, colocariam a Assembléia Legislativa de Minas Gerais contrária à aprovação de qualquer proposta encaminhada pelo Governador do Estado.

Vamos levantar algumas questões para a nossa reflexão. Primeiro, a proposta de cobrança de pedágio nas estradas de Minas Gerais. O que deveríamos tratar aqui é o que já discutimos na Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, com o público mineiro, com o DNER, com o DER-MG, com o DETRAN-MG e com vários órgãos ligados à questão do trânsito. É que a violência do trânsito no Brasil e, em especial, no Estado de Minas Gerais, é inaceitável por muitos motivos, muitos deles de responsabilidade absoluta do Estado.

Não se pode propor a cobrança de pedágio nas estradas de Minas Gerais antes de melhorá-las, antes de corrigir os locais críticos que têm levado à morte inúmeras pessoas. O Estado pode e deve fazer isso. Se o Estado não gastasse exageradamente e não tivesse permitido um superfaturamento de obras ao longo do tempo, muito dinheiro estaria sobrando para que fosse menor a violência e o número de mortes nas estradas. O pedágio em nada resolverá esse problema. O que resolve é a vontade política, e essa vontade política está faltando no nosso Estado há muito tempo.

O Governo propõe que votemos agora um projeto relativo à política das terras públicas, e a Assembléia Legislativa de Minas Gerais vota sem exigir que se faça a discriminatória das terras públicas. Sabemos que é uma maneira que o Estado tem para definir suas próprias terras e estabelecer um projeto de reforma agrária para garantir o assentamento de todos os posseiros que ocuparam terras até o limite de 250ha, estabelecendo e consolidando as terras discriminatórias. Lamentavelmente, tem sido negado pela própria Assembléia o conhecimento do que o Estado tem. A discriminatória vai permitir saber-se o que é terra pública, o que é terra devoluta, e diferenciá-la das terras privadas.

Milhares de trabalhadores rurais, hoje, têm que, por decisão própria, ocupar um pedaço de terra, já que o Estado, por falta de vontade política, não garante a terra para as famílias mais pobres. Infelizmente, a representação do nosso Estado, que deveria ser do povo, tem sido departamento do Governo Hélio Garcia.

A reforma administrativa que o Estado propõe não é possível de ser analisada em sessões extraordinárias, em que os Deputados vão-se reunir por apenas seis dias. Ela é profunda, complexa, e o que o Governo propõe, do ponto de vista da reforma administrativa, tem aspectos absolutamente inconstitucionais. Alguns artigos agridem a própria estrutura do Estado e dos órgãos do Governo.

Quero lembrar o que o Deputado Gilmar Machado falou há pouco. O art. 81 do projeto

de reforma administrativa determina que todos aqueles que receberem bolsas de estudo para pós-graduação o farão através da FAPEMIG. O art. 212 da Constituição que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais promulgou determina que 3% dos recursos orçamentários da FAPEMIG sejam por ela privatamente administrados. Essa ingerência do Governo é inconstitucional, indevida e inadequada para com a FAPEMIG. Nós podemos mudar o que está no art. 212 para depois mudarmos qualquer outro direcionamento. Mas isso, hoje, fere os princípios constitucionais.

O Governo de Minas Gerais contraria o art. 37 da Constituição, e eis aqui uma outra questão que não está no projeto de reforma administrativa, que não poderia deixar de ser exposta hoje, que nega a transparência, em nível de governo e da própria Assembléia.

O Deputado Antônio Carlos Pereira, insistentemente, em seu nome e em nome da Bancada do PT, tem reivindicado nesta Casa que se divulguem os atos praticados pelo poder público e pela Assembléia Legislativa. Isso tem sido sonegado sistematicamente, numa agressão à eficiência e à grandeza desta Assembléia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, resta-nos ainda um ano. Decisões acertadas e comprometidas podem e devem ser tomadas. Antes tarde do que nunca. Se a Assembléia Legislativa continuar com essa sua prática contínua, como aconteceu nesses três anos passados, não será necessária nenhuma denúncia sobre o que acontece na intimidade da Assembléia. Não será necessário ninguém fazer discurso contra a Assembléia, ela o fará por si própria. É a falta de vontade política de ser Poder, é a falta de vontade de ser Poder autônomo, independente, complementar do Estado, mas Poder. A Assembléia não pode continuar com essa falta de vontade do exercício do Poder, com essa falta de vontade de constituir o Poder representativo do Estado, de apresentar e discutir em profundidade os projetos encaminhados pelo Governo, de atender às reivindicações do povo, que nós ouvimos através das audiências públicas e dos seminários legislativos. Até o presente momento, tudo só foi encaminhado como "marketing" da Assembléia Legislativa, não como um compromisso. Se não acontecer o compromisso em cada município, em cada região do Estado, nós não precisaremos de ninguém para falar mal de nós. A Assembléia será ruim como instrumento de poder, como estrutura de representação pública.

Quero, na mensagem de ano novo, desejar que o ano seja novo para a Assembléia e para os parlamentares. Desejo que 1994 comece e continue como um ano de compromisso com o povo e como um ano de resgate do Poder Legislativo no Estado. É preciso compromisso com o cidadão, com os direitos humanos e com a dignidade do Estado. Acredito que nós todos, ao começarmos 1994, começaremos unidos neste compromisso, reunidos nos princípios da fraternidade. Vamos colocar Minas onde sempre esteve, como Poder de representação e com um parlamento digno e grandioso.

### **3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 12ª LEGISLATURA**

**Discurso Proferido em 22/12/93 pelo**

**Deputado Roberto Carvalho**

**O Deputado Roberto Carvalho** - Colega Presidente, colegas do Plenário e das galerias, gostaria de falar sobre três assuntos. Inicialmente, quero fazer uma pequena reflexão sobre a fala do colega Adelmo Carneiro Leão.

Uma maioria esmagadora, como dispõe o Governador Hélio Garcia nesta Casa, faz com que o Executivo perca, inclusive, alguns princípios éticos que devem reger as relações entre os Poderes. Particularmente, o projeto "frankenstein" foi enviado de uma forma absurdamente desrespeitosa para esta Casa. O que aconteceu na segunda-feira e na terça-feira é algo inaceitável. O Governo dispõe de homens sérios como José Ferraz e Romeu Queiroz. É um desrespeito à Casa as comissões terem votado, na segunda-feira, emendas sem sequer elas estarem nesta Casa. É uma humilhação, e acho que nenhum de nós pode aceitar esse tipo de tratamento. O Governo aprova como quer. O disquete da SEPLAN com as 35 emendas chegou na terça-feira, de manhã, e o projeto sequer pôde ser colocado em Plenário, porque os computadores não tiveram tempo de imprimir a matéria no papel da Assembléia. Os papéis eram os timbrados da SEPLAN. Acho que todos têm que convir que isso é uma humilhação extrema para este Poder Legislativo. Diz o Governo que ficou mais de seis meses analisando esse projeto "frankenstein". Na realidade, é uma prática corriqueira. Todos os anos o Governo vem repetindo isso. O "frankenstein" comportaria, no mínimo, 30 projetos de lei para serem discutidos "per se". Que se faz? Deixa-se para o final do ano e envia-se, num único projeto 40 a 50 artigos, quando poderíamos ter inúmeros projetos.

Sabemos que precisamos não somente de tempo para discutir o projeto. É mais do que isso. A nossa assessoria, que é das mais competentes do País, não teve tempo sequer para analisar o que veio e não tinha como analisar. Cria-se, apressadamente, seis cargos de comandantes de avião a jato. Parece que o Governo passa por cima desta Casa como se ela não existisse. O mínimo que o Governo deveria fazer seria retirar o "frankenstein".

Gostaria de analisar rapidamente os outros projetos. O nosso colega Adelmo já o fez. São 95 artigos com questões que deveriam ser discutidas com profundidade, como, por

exemplo, a questão da MGS. De repente, a Credireal Serviços teve como sucedânea a MGS. E ela, num passe de mágica, no projeto "frankenstein", vai para a Secretaria da Casa Civil e a Imprensa Oficial. Só levantaria uma dúvida. Temos no Estado, no mínimo, 30 mil ações trabalhistas. Será que o Governo não estaria dando esse golpe exatamente para não pagar os passivos trabalhistas dos servidores públicos que já ganharam todas as ações? O Governo tem usado de uma prática absurda em todos os órgãos públicos, autarquias e fundações, que é a figura do precatório. Ele não paga nada da dívida trabalhista dos precatórios e, quando paga, o faz com o valor de um ano atrás. Aliás, o DER não paga há mais de dois anos. Dívida trabalhista de 1987. Ações que já foram vencidas em todos os trâmites judiciais no Superior Tribunal de Trabalho. O Governo já recorreu em todas as instâncias.

No "frankenstein", temos até artigos corretos. Mas não basta analisar.

Gostaria de lembrar um assunto, que, inclusive, já apresentei na tribuna. Ontem, os Prefeitos estavam em reunião com o Deputado Romeu Queiroz, Líder do Governo, Uma maioria esmagadora, como dispõe o Governador Hélio Garcia nesta Casa, faz com que o Executivo perca, inclusive, alguns princípios éticos que devem reger as relações entre os Poderes. Particularmente, o projeto "frankenstein" foi enviado de uma forma absurdamente desrespeitosa para esta Casa. O que aconteceu na segunda-feira e na terça-feira é algo inaceitável. O Governo dispõe de homens sérios como José Ferraz e Romeu Queiroz. É um desrespeito à Casa as comissões terem votado, na segunda-feira, emendas sem sequer elas estarem nesta Casa. É uma humilhação, e acho que nenhum de nós pode aceitar esse tipo de tratamento. O Governo aprova como quer. O disquete da SEPLAN com as 35 emendas chegou na terça-feira, de manhã, e o projeto sequer pôde ser colocado em Plenário, porque os computadores não tiveram tempo de imprimir a matéria no papel da Assembléia. Os papéis eram os timbrados da SEPLAN. Acho que todos têm que convir que isso é uma humilhação extrema para este Poder Legislativo. Diz o Governo que ficou mais de seis meses analisando esse projeto "frankenstein". Na realidade, é uma prática corriqueira. Todos os anos o Governo vem repetindo isso. O "frankenstein" comportaria, no mínimo, 30 projetos de lei para serem discutidos "per se". Que se faz? Deixa-se para o final do ano e envia-se, num único projeto 40 a 50 artigos, quando poderíamos ter inúmeros projetos.

Sabemos que precisamos não somente de tempo para discutir o projeto. É mais do que isso. A nossa assessoria, que é das mais competentes do País, não teve tempo sequer para analisar o que veio e não tinha como analisar. Cria-se, apressadamente, seis cargos de comandantes de avião a jato. Parece que o Governo passa por cima desta Casa como se ela não existisse. O mínimo que o Governo deveria fazer seria retirar o "frankenstein".

Gostaria de analisar rapidamente os outros projetos. O nosso colega Adelmo já o fez. São 95 artigos com questões que deveriam ser discutidas com profundidade, como, por exemplo, a questão da MGS. De repente, a Credireal Serviços teve como sucedânea a MGS. E ela, num passe de mágica, no projeto "frankenstein", vai para a Secretaria da Casa Civil e a Imprensa Oficial. Só levantaria uma dúvida. Temos no Estado, no mínimo, 30 mil ações trabalhistas. Será que o Governo não estaria dando esse golpe exatamente para não pagar os passivos trabalhistas dos servidores públicos que já ganharam todas as ações? O Governo tem usado de uma prática absurda em todos os órgãos públicos, autarquias e fundações, que é a figura do precatório. Ele não paga nada da dívida trabalhista dos precatórios e, quando paga, o faz com o valor de um ano atrás. Aliás, o DER não paga há mais de dois anos. Dívida trabalhista de 1987. Ações que já foram vencidas em todos os trâmites judiciais no Superior Tribunal de Trabalho. O Governo já recorreu em todas as instâncias.

No "frankenstein", temos até artigos corretos. Mas não basta analisar.

Gostaria de lembrar um assunto, que, inclusive, já apresentei na tribuna. Ontem, os Prefeitos estavam em reunião com o Deputado Romeu Queiroz, Líder do Governo, quando se instalou a Assembléia Metropolitana, fruto daquela lei, votada por nós, de autoria do Deputado Ronaldo Vasconcellos. Os Prefeitos, após a instalação da AMBEL, foram à TRANSMETRO a fim de conseguirem dados sobre a planilha de custos e não os conseguiram. Foram, depois, à Secretaria de Obras, sendo recebidos pelo próprio Secretário, que lhes disse: se vocês quiserem, ganhem o Governo e terão os dados.

Quando vejo a aparente extinção da TRANSMETRO, pergunto a mim mesmo se isso não seria uma queima de arquivo. É incompreensível o não-fornecimento de dados aos Prefeitos da Região Metropolitana.

Temos três ações na justiça questionando os cálculos das passagens dos meses de janeiro, fevereiro e março. Esses são assuntos muito sérios, e aqui estou vendo o Deputado Antônio Milton Salles, meu amigo particular, pessoa séria e correta, e acho que nós não podemos admitir que o Governo nos trate dessa forma. É um absurdo!

Gostaria, também, de aqui citar a denúncia que fizemos, ontem, relativa a obras do DER, no valor de US\$41.000.000,00, realizadas sem concorrência. A lei sobre a concorrência é muito clara, só admite a realização de obras sem concorrência em caso de calamidade pública, de guerras, num prazo máximo de 180 dias ininterruptos, sem

prorrogação de contrato. A Construtora Jalpe, em agosto de 1991, assumiu um contrato de mais de US\$2.000.000,00, sem concorrência, sob o pretexto de emergência, para realizar obras nas imediações do aeroporto de Teófilo Otôni. Em março de 1993, portanto, quase três anos depois, essa construtora já havia faturado US\$5.200.000,00. Vejam os senhores que quatro contratos, apenas, somam a quantia de US\$41.000.000,00. Não houve concorrência para a realização de nenhum deles. Isso é um absurdo, e acho, mesmo, que seria o caso de instalação de uma CPI. Esta Casa deve apurar essas questões, porque não podemos admitir que o Governo continue a nos tratar dessa forma. Esta convocação extraordinária foi absurda, porque não disporemos de tempo suficiente para estudar esses projetos, que são importantes.

Fica aqui o nosso protesto e a nossa esperança de que a Maioria desta Casa, os Deputados Milton Salles, Agostinho Patrus e tantos outros não continuem permitindo que esse tipo de prática nos envergonhe.

### **3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 12ª LEGISLATURA**

**Discurso Proferido em 22/12/93 pelo**

**Deputado Milton Salles**

**O Deputado Milton Salles** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não era nosso intuito ocupar a tribuna nesta tarde, mas ao ouvir atentamente as palavras do nobre Deputado Roberto Carvalho, Deputado correto e digno, resolvemos fazer algumas considerações sobre um problema que tem nos afligido bastante, e aos Deputados Roberto Carvalho, Ronaldo Vasconcellos, dentre outros: o problema da TRANSMETRO.

Fomos procurados por vários funcionários e dirigentes da TRANSMETRO e concluímos que o problema desse órgão é, realmente, polêmico. Tivemos uma reunião com Prefeitos, componentes da Grande-BH, juntamente com o Deputado Romeu Queiroz, o Presidente desta Casa, Deputado José Ferraz, e outros Deputados, a pedido da TRANSMETRO. Após inúmeras ponderações, em reunião realizada na tarde de ontem, chegamos a um ponto comum. O próprio Governo entendeu que esse ponto comum estaria, exatamente, neste projeto, no qual criamos, dentro do organograma do DER-MG, a Diretoria de Transportes Urbanos. Com a criação dessa Diretoria, de dois departamentos e de várias seções dentro da estrutura do DER-MG, estamos fazendo com que ela cumpra a finalidade, antes cumprida pela TRANSMETRO. Esse foi o entendimento deste Deputado, do Deputado Romeu Queiroz, do Presidente desta Casa, Deputado José Ferraz, e de todos os componentes da TRANSMETRO. Entendemos que essa solução poderia ser ideal para que a TRANSMETRO não deixasse de prestar seus relevantes serviços à comunidade da Grande-BH. Esta emenda foi apresentada, salvo engano, pelo Deputado Ermano Batista, como complementação do projeto, e acredito que, com ela, esse problema venha a ser resolvido. Muito obrigado.

---

#### **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

---

##### **ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA**

Na data de 26/1/94, o Sr. Presidente, nos termos do art. 62 da Resolução nº 800, de 5/1/67, c/c a Resolução nº 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura aprovada pela Deliberação da Mesa nº 883, de 1993, assinou o seguinte ato:

exonerando, a partir de 7/2/94, Engelk Grimaldi Mergulhão dos Santos do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com exercício no gabinete do Deputado Wellington de Castro.

---